



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



ATA DA 181ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CAPIVARI-MONOS / **FEVEREIRO DE 2019** – Subprefeitura de Parelheiros

*Ata confeccionada por, Árizla Quirino  
Estagiária da APA Capivari-Monos/DEPAVE-8/SVMA.*

**Conselheiros Presentes:**

**SOCIEDADE CIVIL**

SETOR	REPRESENTANTES	ASSINATURA
ONGs Ambientalistas	Emerson Pereira Coghi	
Setor Privado Empresarial	Miguel Naghirniac	
Sindicato de Trabalhadores	Ciléia da Silva Biagglioi	
Comunidades Indígenas Guarani (Krukutu & Tennondé Porã)	Aline Adão	
Associações Civas de ensino/técnico-científicos	Maria de Socorro Silva Pereira-Lippi	

**PODER PÚBLICO**

SETOR	REPRESENTANTES	ASSINATURA
Secretaria Municipal de Cultura	Paula Nishida Barbosa Vanessa F. Correa	
SABESP	Sidnei Ferreira Ramos Wagner Fernando da Rocha	
Secretaria de Habitação	Alexandra Aguiar Pedro	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



<b>Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA)</b>	Luccas Longo Helen Evelin de Souza	
<b>Secretaria de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)</b>	Olga Maria Soares é Grosse	
<b>Pref. Regional de Parelheiros</b>	Silvio Martins da Silva	

### 1. CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença dos conselheiros encontra-se nos anexos a este documento.

### 2. PAUTA DO DIA

- **Aprovação das ATA das Reuniões Ordinárias: 179º e 180º;**
- **Câmara Técnica (CT) Conjunta de Gestão Socioambiental:**  
Ação Coletiva 2019/Colônia – Luccas Longo – DEPAVE-8;  
Expedição APA Capivari-Monos – 15/02- Helen Souza – DEPAVE-8;
- **Gestão APA Capivari-Monos - Planejamento 2019**

### 3. INFORMES GERAIS E DISCUSSÕES

- **Grupo de Trabalho (GT) Vargem Grande – Alexandra Aguiar – SEHAB;**
- **Saneamento e Implantação – Eng. Marsilac – Sidney Ramos – SABESP;**
- **Andamento do Projeto Ligue os Pontos – Domingos Leôncio Pereira – Bloomberg/SMUL.**

Deu-se abertura à reunião e às pautas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



### PAUTA DO DIA

#### **Aprovação das ATA das Reuniões Ordinárias: 179º e 180º**

Luccas consulta a plenária para aprovação das ATAs referidas. Estando as ATAs aprovadas pelo quórum mínimo de conselheiros, passa para a segunda pauta.

#### **Câmara Técnica de Gestão Socioambiental: Ação Coletiva e Expedição**

Luccas agradece a presença de todos, informa que sua suplente, Helen Souza, não poderá estar presente por demandas na gestão do PNMFC e, dá início a 181º Reunião Ordinária apresentando a agenda de atividades programadas pela Câmara Técnica (CT) de Gestão Socioambiental para APA Capivari-Monos. Sendo assim, apresenta a Ação Coletiva, sua proposta e objetivo, que são promover a educação ambiental na formação continuada de professores da rede pública. Informa que estão em contato com algumas escolas do Bairro Colônia, porém devido à greve dos servidores municipais, as atividades estão suspensas.

Dando continuidade às atividades programadas pela CT, expõe o projeto Expedição APA Capivari-Monos, sugerido e construído pela Helen Souza, sua suplente, coordenadora da CT de Gestão Socioambiental e gestora do PNM (Parque Natural Municipal) Fazenda do Carmo. A Expedição tem o intuito de promover a formação dos conselheiros, por meio da apropriação do território, para que assim possam espacializar as demandas da que chegam ao Conselho Gestor, construindo maior noção espacial de onde está, para identificar os contrastes e a complexidades da do território. Dessa forma, a Expedição vem se organizando com o apoio do PAVS (Programa Agentes Verdes e Saudáveis), de empresas do transporte, como a RUMO, e em parceria com a APA Bororé-Colônia. A proposta já firmada, desde o ano passado, é que ocorra no dia 15/02. Mais informações serão passadas pelo e-mail.

Relembra que a reunião da Câmara Técnica (CT) de Gestão Socioambiental ocorrerá na tarde do dia 06/02, às 14h, na CAE (Casa de Agricultura Ecológica) de Parelheiros, para discutir e preparar os últimos ajustes para as atividades. Com tudo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



acertado, as vagas para a Expedição APA Capivari-Monos serão abertas e divulgadas por e-mail, podendo se inscrever conselheiros e demais engajados.

Ressalta para aqueles que não poderão ir a Expedição, a possibilidade de construir mais uma atividade para o segundo semestre. Atenta os conselheiros sobre a abertura de editais para fomento de projetos, e dispõe a Câmara Técnica (CT) de Gestão Socioambiental como espaço onde a população pode encaminhar suas demandas e desejos, sendo assim, lugar para construção de ideias coletivas, que favoreçam a Educação Ambiental e a Integração.

#### **Gestão APA Capivari-Monos - Planejamento 2019**

Superada a pauta da Câmara Técnica CT de Gestão Socioambiental, deu-se início a discussão de planejamento. Luccas explica que assumiu a Gestão da APA Capivari-Monos substituindo o Vinicius, antigo gestor, e iniciou seu trabalho já com duas demandas pendentes: a renovação do Conselho Gestor, e a finalização de um termo de referência para revisar o Plano de Manejo. O Plano de Manejo, por sua vez, é como um manual de instruções éticas, jurídicas e programáticas para cuidar de uma Área de Preservação Ambiental (APA) e, sendo assim, reúne dados, programas e histórico da Capivari-Monos. Por conseguinte nesse ano, ainda no primeiro semestre, tentar-se-á dar início a revisão desse plano, que já existe há 10 anos. Da mesma forma se iniciará nesse semestre a renovação do Conselho Gestor para que não haja adiamentos ou atrasos, e em Setembro já contaremos com outro Biênio.

Cileia relembra que, naquela época, o processo de renovação fora adiado muitas vezes, ocasionando em três meses sem reunião ordinária. Os conselheiros até organizavam reuniões alternativas, mas não podiam oficializar nada. Logo considera muito prudente iniciar com antecedência para que essa situação não ocorra novamente.

Luccas informa que serão feitas consultas no território para recrutar novas instituições, buscando dar oportunidade a outras entidades, sem menosprezar aquelas que já são engajadas há anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Além disso, prevê para o segundo semestre a finalização do termo de referência para revisão do Plano de Manejo, o qual já fora iniciado por uma equipe dentro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e para isso também será reativada a Câmara Técnica (CT) de Gestão e Planejamento para trabalhar esse processo em conjunto.

Luccas dá prosseguimento a reunião e retoma a apresentação das ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável), que são as diretrizes internacionais para alcançar um desenvolvimento sustentável. Elas já foram adotadas por instituições e empresas, e também norteiam ações da APA. Destarte algumas diretrizes já tangenciam ações do Plano de Manejo tocadas pelo Conselho Gestor, como a promoção de Justiça Social, defesa da Educação de qualidade, entre outras. Inclusive Luccas compartilha com os conselheiros que iniciou um curso de Implementação de ODS em Comunidades, para se especializar no assunto, e espera sintoniza-las com mais profundidade nas propostas do Plano de Manejo. Desse modo, planeja criar uma Câmara Técnica de Implementação de ODS para criar em conjunto com a sociedade civil e órgãos públicos ações que cumpram com o desenvolvimento sustentável.

Sidnei (SABESP) pontua que a companhia já adotou as ODS nas suas diretrizes.

Luccas complementa que até a elaboração do currículo escolar municipal está em sintonia com a ODS, e aproveita para ressaltar a importância da construção de materiais sobre as unidades de conversação da região metropolitana, em colaboração com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Secretaria de Educação.

Sidnei pontua que seria pertinente entrar em contato com a SABESP durante a revisão do Plano de Manejo para que ela possa planejar suas diretrizes de saneamento atendendo as propostas do documento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Luccas propõe, então, que na apresentação de março, onde a SABESP pautaria seu planejamento, essa discussão seja incluída.

Domingos coloca que algumas políticas públicas sejam reconhecidas nas ODS, e acha importante ter esse link do Ligue os Pontos com as diretrizes, para que se pense em conjunto os projetos, o financiamento e as opções dentro do plano de manejo.

Luccas expõe a ideia de pensar nos próximos editais do FEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente) para incluir os projetos pensados dentro do Conselho Gestor.

Por fim, Luccas retoma as problemáticas relacionadas ao uso indevido do grupo de Whatsapp, e aponta grande melhora, em consequência agradece compreensão dos conselheiros.

Finaliza as Pautas do Dia memorando os 17 anos de Conselho Gestor na APA Capivari-Monos, espaço onde sempre ocorreu divergências e convergências, e por isso desde sempre se faz imprescindível o diálogo e a presença, manifestando-se cada um de forma respeitosa e educada, em defesa sempre do bem comum. Defendendo sempre o bem-comum. Agradece a conduta dos conselheiros, e sauda o Conselho Gestor como entidade consolidada no território.

## **INFORMES GERAIS E DISCUSSÕES**

### **Grupo de Trabalho (GT) Vargem Grande**

O Grupo de Trabalho (GT) Vargem Grande foi proposto pela SEHAB (Secretaria de Habitação) para acompanhar o processo de regularização do bairro Vargem Grande, e após uma notificação do Ministério Público convidando os órgãos competentes para discutir a situação, a proposição foi potencializada e então foi efetivada. Ao final do processo haverá uma apresentação ao Ministério Público acerca do diagnóstico elaborado pelos técnicos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Alexandra (SEHAB), dá início a apresentação explicando que o grupo tem como objetivo entender a situação de Vargem Grande e as possibilidades e impossibilidades do local. Sendo assim, em 18 de Outubro ocorreu a primeira reunião, contando com a CETESB, SEHAB, SABESP, GCM, PM, SPPA, SYMA dentro outros órgãos públicos. Estima-se que em abril a SEHAB faça uma devolutiva ao Ministério Público, como diagnóstico técnico e apresente as diretrizes para mudar a situação.

Sendo assim, o planejamento é lidar primeiramente com as informações de cada órgão competente da regularização (saneamento, infraestrutura, ambiental, segurança) e ao final consultar as associações de moradores.

Alexandra prossegue detalhando o que ~~é de fato~~ a regularização, que se divide em três eixos: urbana, ambiental e fundiária. A primeira compreende a infraestrutura urbana, então implica obras; a segunda compete a recuperação das áreas ambientais protegidas e, por último a regularização da matrícula dos lotes fundiários. Para cada etapa do procedimento demanda a cooperação e resposta de outros órgãos, por isso é longo e demorado.

De acordo com os parâmetros da legislação para haver regularização de um bairro, o processo de ocupação deve ser anterior a 2006, estar em área ZEI (Zona de Interesse Social de determinado pelo Plano Diretor Estratégico de 2014), atendendo as duas condições, o bairro precisa de obras de infra-estrutura e equipamento urbano (pavimentação, ~~construção de escolas, sinalização, etc~~). No entanto para efetivá-la necessita-se de um plano de congelamento das ocupações, ou seja, o bairro não pode continuar se expandido, o que em Vargem Grande perdeu-se o controle.

Com o cumprimento da lei a SEHAB então precisa da anuência de outros órgãos para continuar o processo, como o CONDEPHAT por ser uma área tombada, da APA Capivari-Monos, e por último do licenciamento PRIS (Programa de Recuperação de Interesse Social).

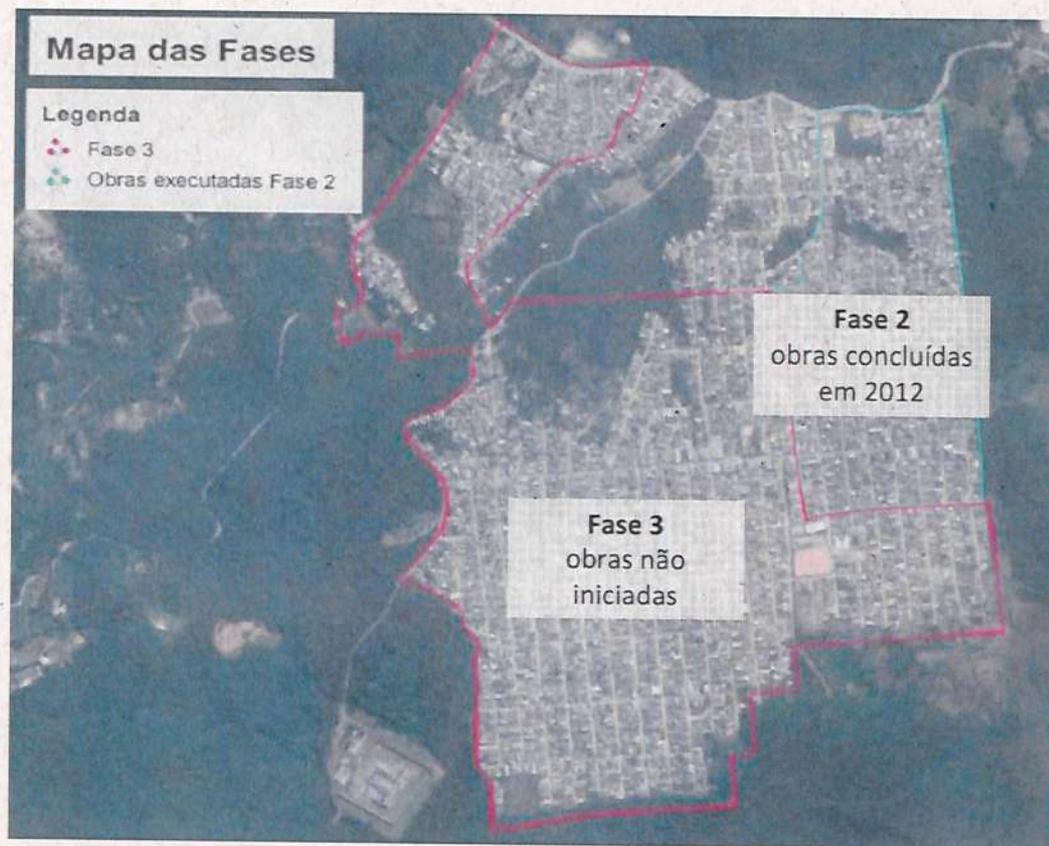


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



A Recuperação de Interesse Social, por sua vez, demanda atuação da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Nessa etapa inclui o reassentamento das pessoas inseridas em áreas não inclusas no plano de regularização. Essas áreas, futuramente serão explicadas, abrangem aquelas onde a ocupação é inviável por condições do solo e ambientais. Sendo assim, as primeiras etapas demandam obras e a segunda é mais burocrática.

Diante da complexidade do bairro o plano de ação foi compartimentado em duas fases, a 2 e a 3. Na fase 2 a SEHAB já atuou, pois houve contrato com começo e finalização de obras. *do material - das obras* O que não está na fase 2 não houve obras, pois o contrato está paralisado já que demanda ações de outros órgãos devido aos problemas ambientais da região.



Slides retirados da Apresentação da SEHAB.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



*Melina*  
A única coisa que falta na fase 2 é uma vistoria detalhada dos técnicos da SEHAB, um informe oficial da SABESP sobre a rede de esgoto e água, precisa de informe sobre coleta de lixo e, por fim, da distribuição elétrica e do parecer técnico do tombamento. O mais difícil, agora em diante, é lidar com as faixas não edificáveis. É um processo que se inicia junto a CETESB e isso ainda não andou.

Premissas	Fase 2
Ocupação anterior a 2006	✓
ZEIS 1	✓
Infraestrutura	
- Pavimentação	SEHAB: Necessidade de vistoria detalhada
- Guias e sarjetas	
- Rede de drenagem	
- Rede de água e esgoto	SABESP: Informar detalhamento das redes
- Rede de energia elétrica	ENEL: Informar detalhamento da rede
- Coleta de lixo	AMLURB: Informar detalhamento da coleta
- Faixa não edificável preservada	SEHAB/SIURB/SVMA/Subprefeitura: Verificar FNE ocupadas e realizar remoção, se houver

Premissas	Fase 2
Respeitar restrições ambientais: APP's, vegetação nativa, área de risco, área de inundação, área contaminada	SEHAB / Subprefeitura / SVMA: Necessidade de vistoria detalhada
Anuência / Atendimento de Critérios Técnicos de Acordo com Tombamento Municipal e Estadual	CONPRES / CONDEPHAAT: Parecer Técnico
Anuência / Atendimento de Legislação APA Capivari-Monos	SVMA / APA: Parecer Técnico
Licenciamento PRIS: Enquadramento em ARA 1 LP / LI / LO	Enquadramento em ARA 1 ✓ LP / LI / LO X
Procedimentos para a Regularização Fundiária	SEHAB: Necessidade de todos os produtos anteriores + produtos relativos a regularização urbanística (CRF) e registrária

Slides retirados da Apresentação da SEHAB.



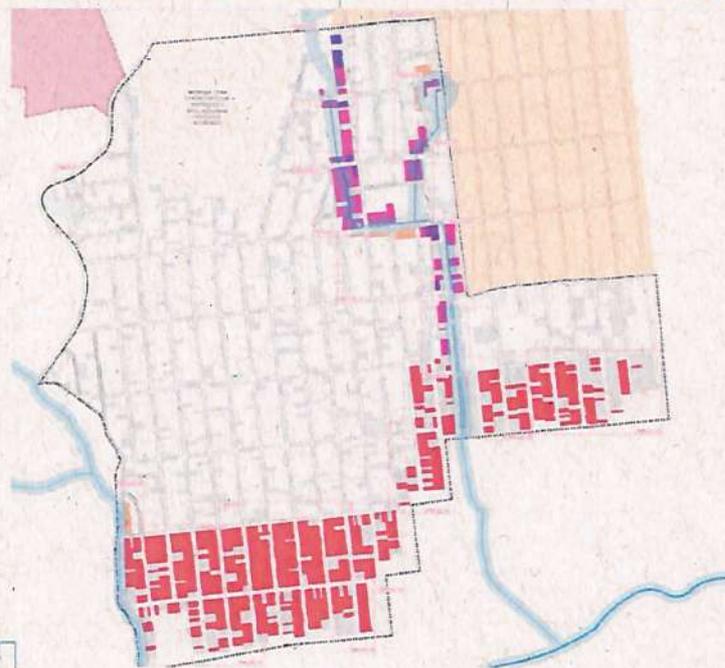
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Já na Fase 3 são áreas onde não há infraestrutura, apesar de existir o contrato desde 2015. Tem-se um projeto para essa área, em que a parte ao sul do bairro de Vargem Grande se torna um Parque Natural Municipal, porém com o projeto é de 2015 ele não envolve o desenvolvimento das ocupações a partir de então. Dessa forma existe uma área destinada a remoção, em que as pessoas seriam realocadas para outro lugar, mas até isso precisará ser revisto devido o aumento da densidade populacional. De qualquer modo o projeto está desatualizado.

### FASE 3

#### Projeto executivo de urbanismo - Lote 8 Remoção e realocação



Slides retirados da Apresentação da SEHAB.

Além disso existe um laudo geotécnico de 2009, orientando sobre a instabilidade do solo nessa região (Fase 3), em a água não infiltra, causando alagação; o nível do lençol freático prejudica a manutenção dos prédios e casas, também interferindo significativamente na saúde e bem-estar dos moradores. Portanto a Fase 3 não tem obras de infraestrutura, água e esgoto existem de forma



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



precária, e ainda precisa da rede energia elétrica regular, coleta de lixo, além das anuências estabelecidas.

### LAUDO GEOTÉCNICO DE 2009



“mesmo que o nível freático não atinja a superfície do terreno, persiste uma umidade na camada de solo não saturada que se transmitirá para as estruturas de alvenaria e dos pisos, caso não sejam executadas medidas eficientes de impermeabilização”

=

- deterioração precoce das edificações
- degradação da qualidade da moradia
- consequências para a saúde de seus ocupantes

Slides retirados da Apresentação da SEHAB.

Sidnei comenta que partes das obras de saneamento de Vargem Grande foram iniciadas em 1998 através de um plano emergencial, ele tem a validade de um MP e pode implantar saneamento e drenagem, por isso estamos passando essa fase. Porém, isso é feito em conjunto com a CETESB.

A SEHAB esclarece que não acompanha o contato com a CETESB.

Sidnei incide sobre a necessidade de comunicação para que a SABESP possa saber quais áreas devem haver implantação e as que não, mas para isso precisa-se da proposta de saneamento licenciada pela CETESB, além do mapeamento e zoneamento do território. Contudo Vargem Grande já havia sido contemplada, e muitas áreas mesmo com ocupações irregulares têm contrato de saneamento por causa do plano emergencial, o qual fora aprovado pelo governador e prefeito, e como ainda é válido, SABESP continua as implantações. Ainda assim alguns órgãos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



tem dificuldade, como a Eletropaulo que não consegue ligar energia em alguns bairros.

Wellington (GREENPEACE) mostra-se preocupado com a área de remoção, já que as ocupações crescem exponencialmente e talvez gere-se bastante conflito.

SEHAB elucida que isso já fora considerado em uma reunião destinada a discutir apenas o histórico de ocupações e a viabilidade da remoção.

Paula (Secretaria Municipal de Cultura), por sua vez, toma frente a discussão e explica o processo de tombamento de uma área que circunscreve Vargem Grande, a Cratera de Colônia. Sintetiza, logo, que o tombamento é uma ferramenta para validar a importância de um lugar; em virtude de sua relevância histórica, cultural e científica, considerando-o como patrimônio legítimo da população exigindo, conseqüentemente, preservação da área. Para atingir tal fim o tombamento cria diretrizes para utilização e ocupação da área, afim de controlar o desgaste ou a perda do seu valor.

Assim sendo o tombamento da Cratera de Colônia foi realizada por dois órgãos, o CONDEPHAAT e o CONPRESP, municipal e estadual respectivamente. Tendo o reconhecimento dos dois poderes, é importante ver o que cada um considera. Como o CONDEPHAAT tombou em 2003 e o CONPRESP em 2018 há algumas informações desatualizadas, porém, ainda assim preservam as mesmas características, como relevância histórica e científica pela área ser testemunha do impacto de corpo celeste, apresentando potencial científico para estudos climáticos e ambientais sobre o planeta Terra.

Para consultar os critérios pode-se acessar o site do CONDEPHAAT e ver com detalhes os dados. Lá encontra-se os artigos de consideração da área e as diretrizes de ocupação e utilização, que apontam para o que pode ou não fazer nesse lugar.

Com isso a Cratera de Impacto foi dividida em dois setores: A e B. (Como ilustrado na foto abaixo). O setor A corresponde ao campo de várzea, isto é onde o impacto se deu alterando significativamente o perfil do solo, conseqüentemente é



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



onde há maior dificuldade de edificação por conta da impermeabilização e constante alagamento (como demonstrado na imagem tal) além do solo não comportar a estrutura. Por outro lado é também a área com maior potencial científico por preservar características fósseis desde o impacto do corpo celeste (meteorito). Caso haja avanço do bairro a gente perde as evidências históricas e científicas. O CONPESP para tombamento considerou o impacto do meteorito pelo valor científico para estudo sobre alterações climáticas globais e informações geológicas.

Lucas (SVMA) relembra da existência do Parque Natural Municipal Cratera de Colônia, em implantação, mas que designa uma unidade de conservação de proteção integral.

Paula (SMC) retoma e explica que já o Setor B é a área de loteamento em regularização, em que também está inclusa no tombamento.

Alexandra (SEHAB) chama atenção as características ambientais de cada setor, o qual relaciona-se diretamente com a Fase 2 e 3. No mapa o tombamento do Setor B localiza a Fase 2 justamente onde o local é mais alto em relação ao campo de várzea que corresponde a Fase 3, onde o solo tem característica móvel e é mais difícil efetivar a regularização.

Paula (SMC) relembra que qualquer intervenção no território precisa de consulta ao CONPESP, pois no Setor B ficam vetadas a expansão, já que o tombamento considera o plano de 2006.

Solange (CONGETUR) preocupa-se com os loteamentos irregulares, revela que já interditou mais de 30 casas onde o solo não suportava a estrutura, e comenta que as ocupações levarão a um risco muito grande a vida das pessoas.

Alexandra (SEHAB) explica que houvera dinheiro para criação do projeto mas não para implementação, porém, a princípio as remoções devem acontecer por conta do risco.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Miguel (Associação Empresarial do Sul) explicita insatisfação em relação ao cumprimento das fiscalizações por parte da Prefeitura, pois ela está falindo e não consegue suportar a demanda.

Paula (SMC) lembra que o próprio CONPRESP tem o risco de acabar.

Alexandra (SEHAB) diz que a crise econômica se expressa nessa dificuldade em cumprir as metas, uma vez que enfrentamos graves problemas de orçamentários gerados artificialmente para acabar com o serviço público. Volta, então, a pauta central e da informe da última reunião do GT, em que o Gilson (Departamento de Gestão Descentralizada da Secretaria do Verde e Meio Ambiente) explica como ocorre a fiscalização na área. Geralmente acha-se que a fiscalização é uma atribuição da DUC (Divisão de Unidade de Conservação), porém nesse departamento, o qual Luccas pertence, compete-se apenas a gestão do território.

Sidnei relembra que o Gilson trabalha praticamente sozinho.

Nessa reunião, portanto, foi chamada a Polícia Militar Ambiental e o DGD. Discutiu-se a falta de estrutura, como equipamento e carro para efetivar a fiscalização. Assim todos trabalham em uma precariedade, logo, a dinâmica do território ganha autonomia diante do Estado. Além da dificuldade de chegar aos proprietários rurais no território para atuar sobre a área, além do estado e do município não conseguem atuar em conjunto.

Silvio (Prefeitura Regional de Parelheiros) apresenta-se como participante do GT, e está planejando algum tipo de audiência pública ou apresentação sobre os diagnósticos para a população, entorno do dia 27/02. Referente a OIDA também foi comunicada a GCM e a PM. E estamos sempre tentando agir em conjunto. Denuncia também a falta de equipamentos para dar andamento ao processo.

Alexandra (SEHAB) lembra que a prefeitura sempre é cobrada, porém o estado também precisa comparecer uma vez que os órgãos estaduais vêm se omitindo há um tempo das reuniões e decisões conjuntas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Luccas (SVMA) fala que toda a discussão precisa ser retomada ao longo do ano, entretanto pontua que não é apenas a fiscalização que resolve o problema, mesmo que seja muito necessária, é preciso que haja ações regionais e programas de prevenção. Se não continuaremos fadados a agir na consequência e não na causa.

### **Saneamento e Implantação – Eng. Marsilac**

Sidnei (SABESP) é convidado a falar sobre o processo de implantação da rede de esgoto e saneamento em Marsilac, começado em 2000 mas que só tomou velocidade em 2004. Explica que esse projeto ainda é um modelo piloto visado a expansão futuramente, demanda mobilizada pelo POEMA, a Associação de Moradores da época. Diante disso o Ministério Público convocou a SABESP, a Prefeitura e a CETESB para averiguar as demandas e efetivar um plano de ação. No entanto, havia uma condição: os moradores só passariam a receber água após a instalação completa da rede de esgoto, como as fossas assépticas. Para essa implantação necessitou-se de tramites burocráticos envolvendo os órgãos de licenciamento para que nada ocorresse fora da legalidade. Devido à complexidade o projeto levou tempo para finalizar. Em alguns casos, como as áreas de ocupação irregular, o saneamento só chegou através de decreto, pois a SABESP só pode agir quando a lei permite, caso contrário, corre o risco de ser punida. Devido a esses impasses Marsilac demorou a entrar no planejamento, pois não havia capacitação técnica, e não podíamos induzir a ocupação irregular. Com isso, para não repetir os mesmos problemas, pede para que a prefeitura e o Estado enviem detalhadamente quais são as áreas irregulares e regulares para a SABESP conseguir basear seu planejamento.

Alexandra (SEHAB) esclarece que, antes da realização do plano de investimento da SABESP, houve contato com a SEHAB solicitando mapas com dados sobre o território, onde havia as informações destacadas por Sidnei e, sendo assim, esse pedido já fora encaminhado a SABESP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Cileia inicia uma reflexão ao lembrar que durante a ação da WALF, do programa de Compensação Ambiental de FURNAS, foram feitas oficinas sobre saneamento e lembra-se da SABESP, em um dos encontros, dizer que não podia fazer implementação de fossas. Dessa forma, Cileia questiona por que em lugares como Marsilac não se pode explorar alternativas como o "Ciclo de Bananeiras" para fazer coleta de esgoto? Já que na oficina a tentativa dera certo e, dessa maneira, por que não dar continuidade ao que FURNAS já iniciou?

Cristiano (Casa de Agricultura Ecológica) é morador de Marsilac e informa que o esgoto ainda é precário, e com frequência tem deságue de água suja no centro do bairro. Onde fora implantado o sistema de tratamento também há problemas. Como o deságue é constante mostra-se surpreso com a declaração positiva da SABESP sobre a implantação de fossas e rede, já que a Companhia não faz o recapeamento devido na região.

Sidnei (SABESP) entende as reivindicações e mostra-se preocupado, porém elucida que toda a implementação em Marsilac é apenas um piloto, e conseqüentemente não é suficiente para sanar as dificuldades da região, principalmente nas áreas mais urbanizadas, pois ainda não há licenciamento para a expansão da rede. Destarte toda a rede de esgoto só existe nas áreas rurais, onde há monitoramento dos corpos d'água desde 2000, apesar de ser um controle ainda superficial. Isso se deve ao fato de que a SABESP não é um órgão licenciamento e depende da CETESB para isso, porém, toda vez que a companhia faz solicitação de implantação de algum sistema alternativo a CETESB nega. Então a SABESP pensa a variedade das formas de tratamento, entretanto, a CETESB não licencia.

Cileia, diante da declaração propõe como encaminhamento direcionar a CETESB um pedido de reavaliação das formas alternativas de tratamento para que essas possam ser licenciadas no território. A ideia é fazer uma carta pedindo para que verifique a eficiência do "Ciclo de Bananeiras" entre outros, e com isso repensar o licenciamento em Marsilac.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



Domingos (Ligue os Pontos/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento) diz que para implantar alternativas é preciso da escolha do proprietário, portanto a opção é dele e é também quem faz a solicitação. Da forma como estamos pensando a SABESP teria que implantar em áreas públicas e o problema é encontrar terrenos para isso, pois alguns lugares não há condições para isso. Nada impede que a população trabalhe isso desde que ela tenha lugar para isso. Sugere que o Conselho Gestor crie um Grupo de Trabalho para isso dentro da Câmara Técnica de Saneamento, para que se analisem as alternativas em todos os tipos de locais, além de poder anexar esses programas ao plano de manejo.

Cileia considera, além disso, que a CETESB precisa conhecer a área antes de negar a implantação.

Luccas (SVMA) propõe, primeiramente, que a CETESB se apresente no Conselho, e em segundo propõe uma reunião da câmara Técnica (CT) de Infraestrutura e Saneamento, para entendermos, quais modalidades de saneamentos são possíveis aqui.

Sidnei (SABESP) ressalta, mais uma vez, que a Companhia está aberta a entender as novas modalidades e tecnologias de saneamento, mas precisa do licenciamento para isso.

Fica, portanto, encaminhada a Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saneamento para o dia Dia 20/02, quarta-feira, às 14h na Casa de Agricultura Ecológica (CAE).

#### **Andamento do Projeto Ligue os Pontos**

Domingos é funcionário da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e atualmente está vinculado ao Projeto Ligue os Pontos destinados a aplicar melhorias para os pequenos produtores da região. Em conjunto com a Maíra (também contratada pela SMUL/Ligue os Pontos) atuam na mobilização do cadastramento dos produtores rurais no censo criado e aplicado pela CEBRAP, com o fim de mapear e entender as dificuldades e demandas dos produtores, pois assim



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



o Projeto poderá elaborar suas ações, assim como viabilizar em conjunto com o plano de manejo. Sendo assim optaram por trabalhar com as entidades, instituições, conselhos, UBS, escolas estaduais e conveniadas com o CRAS, procurando chegar a todos os lugares do território para divulgar o cadastramento dos produtores rurais. Atingimos a divulgação em terminais de ônibus, relógios da cidade, e em vários outros locais. Como são muitas questões complexas o cadastramento não é tão simples, demora um pouco fazê-lo, mas os dados são muito importante para entender as complexidades e demandas do território, para agir naquilo que realmente tange o cotidiano dos agricultores. Isso baseará as nossas políticas públicas.

Todavia alguns agricultores tiveram dificuldade de responder o questionário, pois são muito simples, e também por isso é um processo lento. De qualquer forma estão preparando já alguns encaminhamentos, inclusive a apresentação de dados preliminares para a população para discutir os indicadores que a CEPRAB vem construindo. Proporão audiências ou oficinas públicas para discutir com a população os resultados dessa pesquisa e os rumos dela.

No decorrer do processo se depararam também com um problema: o Projeto não foi pensado para o território Guarani, porém sabe-se que eles também produzem, dessa maneira, estão estudando formas de inseri-los sem atravessar as demandas das aldeias, buscando articulação com os órgãos federais responsáveis pelas terras demarcadas. Por conseguinte foi enviada solicitação para apresentar o projeto para as lideranças guaranis, mesmo que a princípio não estejam inclusos, pois trata-se de outra especificidade. Posteriormente pensa-se uma conversa com as outras esferas do governo que podem promover a aplicação do projeto dentro do território indígena. Logo está marcada na SMUL uma reunião com essas entidades, para agirmos em conjunto. Além disso também estão a procura de editais para financiamento de projetos para a agricultura, como o FEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente). É possível trabalhar em conjunto com outras entidades, percebendo a necessidade de aprimorar a articulação para conseguir dar conta das políticas públicas e políticas de governo, e organizar essa ação a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



nível local, pois a maior dificuldade tem sido com os gabinetes. Por isso inclui-se no projeto a promoção da integração dos conselhos, para ajudar oficialmente a articulação, pois a região é enorme e demanda organização conjunta.

Como precisa-se da gestão social do dinheiro, a prestação de contas se faz muito importante, por isso momentos como esse serão frequentes. Contudo, por causa das trocas de secretário o recurso está temporariamente paralisado, levando a lentidão do projeto.

#### **EVENTUAIS INFORMES**

Cileia dá informe sobre a necessidade de nova Reunião de Integração dos Conselhos, pré-agendada para o dia 22/02. Além disso, divulga o evento OcupaRua da qual é organizadora em conjunto com a Companhia de Teatro Rococós.

Olga toma a palavra e informa sobre a situação da instalação do aeródromo no Guarapiranga destinado a voos executivos. Indica que está previsto para construção durante Governo Doria, e tem a impressão pessoal de estar relacionado com as obras de expansão urbana e geográfica entre Parelheiros e a Baixada Santista, principalmente com o Rodoanel. A SMUL há três anos já havia conseguido paralisar o projeto, pois esse aeródromo é na verdade o aproveitamento de um terreno que fora muito barato e que está na saída do rio Embu-Guaçu. Consequentemente a instalação acarretará na movimentação de terra, impermeabilização do solo, trazendo prejuízo ao corpo hídrico, além de visar o desenvolvimento urbano e financeiro na região. Parte da população local acredita que a construção gerará emprego, porém é preciso desmistificar isso. São muitos problemas que a instalação levará, fora os problemas urbanísticos por ser área de manancial, no ponto de vista do impacto ambiental e social. Outro ponto a ser considerado é o fato de terem encaminhado a prefeitura um projeto de lei que visa mudar o tipo de zoneamento do local, que deve ser levado para aprovação na Câmara Municipal, além de já obterem a certidão de uso do solo. Os proprietários desse empreendimento são extremamente poderosos e por isso a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



necessidade de atenção e clareza no que isso pode significar principalmente para o abastecimento de água.

Ricardo (SVMA) se lembra da existência de uma Lei Estadual de Preservação de Manancial.

Olga (SMUL) diz que não nos lembrarmos das leis estaduais é sintoma da ausência da CETESB.

Luccas (SVMA) ressalta que os proprietários têm a certidão de uso do solo, mas o processo de licenciamento ocorre dentro da CETESB, fazendo parte disso a escuta da população. Espera-se que isso ocorra.

Terminado o informe sobre o Aeródromo, o coletivo Capivari-Manos apresenta o grupo de trilhas, pesquisa ambiental, saudando o espaço e firmando parceria daqui em diante. Pontua que o coletivo não visa interesses financeiros, apenas promover a preservação e o bem-estar.

Com isso a Reunião Ordinária chega ao fim tendo como encaminhamento a criação de um Grupo de Trabalho sobre o Aeródromo.

**Data e local da Próxima reunião:**

Dia 13 de Março de 2019 na Casa de Agricultura Ecológica – CAE Parelheiros.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2019

\_\_\_\_\_  
Luccas Guilherme R. Longo  
Presidente do Conselho  
Gestor

\_\_\_\_\_  
Árizla Quirino  
Estagiária Auxiliar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



**4. ANEXOS**

**Lista de Presença – Sociedade Civil**

Entidade	Titular/Suplente	Representante	Assinatura
Associação Comunitária Habitacional de Vargem Grande (ACHAVE) SOS MARSILAC II	TITULAR	Severino Carlos de Souza	
Fundação Mokai Okada - São Sagrado Centro de Trabalho Indigenista (CTI) Associação ProBrasil	TITULAR	Luís Eduardo Gomes da Costa	
Lar Nossa Senhora Aparecida Cooperativa Agroecológica de Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (COOPERAPAS)	TITULAR	Emerson Pereira Coghi	
Associação Empresarial da Região Sul (AESUL)	SUPLENTE	Lucas Kease dos Santos	
Agua da Serra Turmero Ltda	TITULAR	Vivan Santos	
Fernando Bike Comercio e Serviços LTDA	SUPLENTE	Luiz Ricardo Couuzzi	
Cooperativa Paulista de Teatro	TITULAR	Lia Goes de Moura	
Cooperativa de Coleta Seletiva Guardando e Preservando a Recuperação Ambiental Local (COOPERCRAL)	SUPLENTE	Miguel Naghinnac Neto	
Terra Indígena Teronde Porã	TITULAR	Davse Naghinnac	
Universidade de Santo Amaro (UNISA) - Núcleo Interdisciplinar de Ciências Ambientais	SUPLENTE	Maria Ivonele Weissino da Souza	
	TITULAR	Clelia da Silva Biagioli	
	SUPLENTE	Luca Maria de Santana Scattaro	
	TITULAR	Aline Aldo	
	SUPLENTE	Luciano de Lima	
	TITULAR	Maria do Socorro Silva Pereira Lippi	

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos  
161ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor (Gestão 2017/2019) - DA 1/A-06/02/2019  
Local: Prefeitura Regional de Parhelhos - Estrada Ecológica de Parhelhos, 5252  
Horário de início: 9h30 - 12h

*Maria do Socorro Silva Pereira Lippi*

*Aline Aldo*

*Luca Maria de Santana Scattaro*

*Luciano de Lima*

*Maria do Socorro Silva Pereira Lippi*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE  
DIVISÃO TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO  
BIODIVERSIDADE E HERBÁRIO  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS**  
**CONSELHO GESTOR**



**Lista de Presença – Poder Público**

Órgão Público	Titular/ Suplente	Representante	Assinatura
Secretaria Municipal de Cultura	Titular	Paula Nishida Barbosa	<i>Paula</i>
	Suplente	Vanessa Fernandes Correa	
GCM/Secretaria Municipal de Segurança Urbana	Titular	Edson Hugo de Andrade Lopes	
	Suplente	Cipriano Santos da Silva	
CETESB	Titular	Luz Carlos Debeuz	
	Suplente	Marcia Maria Nascimento	
SABESP	Titular	Sidnei Ferreira Ramos	<i>PS</i>
	Suplente	Wagner Fernando da Rocha	
PM	Titular	Flavio Siskalis	
	Suplente	Renan Ferreira Escobar	
Pref. Regional Parrelhos	Titular	Silvio Martins da Silva	<i>[Signature]</i>
	Suplente	Luz Raulouças de Carvalho Jr	<i>[Signature]</i>
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	Titular	Ogla Maria Soares e Grosse	<i>[Signature]</i>
	Suplente	Marcia Peirona	<i>[Signature]</i>
Secretaria de Habitação	Titular	Alexandra Aguiar Pedro	<i>[Signature]</i>
	Suplente	Maria José do Prado Silva	
Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA)	Titular	Lucas Longo	<i>[Signature]</i>
	Suplente	Helen Evelyn de Souza	
SMA/Fundação Florestal	Titular	Marcos José Gonçalves	
	Suplente	Jose Donizeti Bortolotto	

**Representantes do Poder Público**

LISTA DE PRESEÇA – Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos  
181ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor (Gestão 2017/2019) – DATA: 06/02/2019  
Local: Prefeitura Regional de Parrelhos - Estrada Ecológica de Parrelhos, 5252  
Horário de início: 9h30 – 12h

